

A ocupação dos latifúndios da educação

Resultado de muita luta, os trabalhadores rurais chegam à universidade e mudam a realidade da educação no campo.

Por Otávio Nagoya

A mentalidade conservadora sempre ditou que a educação era necessária somente nas cidades. Afinal, por que um trabalhador rural precisaria ler e escrever? Porém a articulação dos movimentos sociais no campo vem alterando, na prática, essa situação. A partir da vivência nos acampamentos rurais ficou evidente que a luta pela reforma agrária está diretamente relacionada com o acesso à educação. Um marco fundamental para o movimento de educação no campo foi o primeiro Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Mulheres Camponesa (MMC), entre outras, lançaram um Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro.

O manifesto defende uma “identidade própria” nas escolas rurais, além de “um projeto político-pedagógico que fortaleça novas turmas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa”. A partir da luta unificada dos movimentos rurais, houve alguns avanços na educação, porém os números ainda são alarmantes. As pesquisas realizadas nas últimas décadas mostram a redução progressiva da população rural. Os dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que somente 15%

OCUPAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS

Escrito por Giancarlo Porfírio Ferreira

Qua, 09 de Março de 2011 11:26 - Última atualização Qui, 14 de Abril de 2011 14:24

da população total do Brasil vivem em áreas rurais. Segundo o IBGE, em 2000, a população rural era cerca de 19%, sendo que os dados do Censo 1980 mostravam 32% da população em situação rural.

Por isso, Cristina Vargas, do setor de educação do MST, relembra que, desde a década de 80, quando surge o MST, sempre houve muita demanda para a educação nas áreas rurais. “A educação que nós queremos para o campo não é somente uma educação básica, queremos toda a educação, desde a educação infantil até a universidade, com todas as possibilidades que isso possa vir a trazer”.

Campo e cidade

Um avanço na educação rural é o acesso ao Ensino Superior por parte dos camponeses. Através de parcerias dos movimentos sociais com universidades, foram criadas turmas especiais, destinadas a trabalhadores rurais que vivem em assentamentos ou acampamentos. A parceria é financiada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O programa também abrange a Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Fundamental e Médio, além dos cursos Técnicos e Superiores.

Segundo Clarice dos Santos, coordenadora nacional do Pronea, o programa atendeu mais de 500 mil alunos, desde a alfabetização até o ensino superior, em seus primeiros 10 anos de existência (1998-2008). Clarice avalia que ocorreram mudanças na estrutura do trabalho rural, aumentando a complexidade e cobrando dos camponeses um maior conhecimento.

Para ler a reportagem completa e outras matérias confira edição de fevereiro de 2011 da revista Caros Amigos:<http://carosamigos.terra.com.br/>